

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Moraes, Ceres

INTERESSES E COLABORAÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS COM A DITADURA DE
STROESSNER (1954-63)

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
11, núm. 1-2, 2007, pp. 55-80

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526867003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

INTERESSES E COLABORAÇÃO DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS COM A DITADURA DE STROESSNER (1954-63)*

*Ceres Moraes*¹

Resumo. Neste artigo são abordados os interesses e a colaboração norte-americana e brasileira com a ditadura de Stroessner instalada no Paraguai a partir de meados de 1954. Esse regime, que durante cerca de 35 anos submeteu aquele país, foi um dos mais longos e violentos períodos de repressão do Mundo Ocidental contemporâneo. Sob a justificativa de combate ao avanço das idéias comunistas na América do Sul, os Estados Unidos colaboraram para a consolidação e permanência do regime através de ajuda econômica e da assistência técnica e militar, principalmente com a formação e treinamento de militares. O Brasil, que ainda disputava com a Argentina a supremacia regional, apesar de não mais manter a política de alinhamento incondicional com os Estados Unidos, buscava consolidar-se como parceiro preferencial e principal beneficiário de sua política na América do Sul. Na defesa de seus interesses, colaborou com o regime ditatorial de Stroessner tanto no campo econômico como no diplomático, cultural e militar. Ao contribuírem, especialmente, com assistência técnica e ajuda econômica, os Estados Unidos e o Brasil, este último de forma mais efetiva, colaboraram para a consolidação e longa permanência de Stroessner no poder.

Palavras-chave: Guerra Fria; Paraguai; ditadura de Stroessner

VESTED INTERESTS AND COLLABORATION BETWEEN BRAZIL AND THE UNITED STATES DURING THE DICTATORSHIP OF STROESSNER (1954-63)

Abstract. In this article are treated the interests and North American and Brazilian collaboration with the Stroessner's dictatorship installed in Paraguay starting from

* Texto recebido em 10/07/2006. Autora convidada.

¹ Doutora em História das Sociedades Ibero-Americanas pela PUC/RS. Professora da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD.

1954. This regime which during about 35 years submitted that country was one of longest and violent periods of repression of the contemporary western world. Under the justification of combat to the progress of communist ideas in the South American, The United States collaborated for the consolidation and permanence of the regime through of economic help, technical assistance and military support, mainly with the formation and training of military, tend many of them studied in School of the Americas, in Panamá. The Brazil that still in this period fought with Argentina for the regional supremacy, in spite of no more to keep the political of alignment unconditional with the United States, looked for to consolidation as preferential partner and mainly beneficiary of itself politics in South America, in defense of their interests contributed with Stroessner so much in the economical field, diplomat, cultural and military. For to contribute, especially, with technical support and economic help the United States and the Brazil in a more efficient way, collaborated for the consolidation and the long permanence of Stroessner in the power.

Keywords: Cold War, Paraguay, Stroessner's dictatorship

INTERESES Y COLABORACIÓN DE BRASIL Y DE EEUU CON LA DICTADURA DE STROESSNER (1954-1963)

Resumen. En este artículo son estudiados los intereses y la colaboración de EEUU y de Brasil con la dictadura de Stroessner instalada en Paraguay a partir de mediados de 1954. Este régimen, que sometió a Paraguay durante casi 35 años, fue uno de los más largos y violentos períodos de represión del mundo occidental contemporáneo. Con la justificativa de combatir el avance del comunismo en América del Sur, EEUU colaboró con la consolidación y la permanencia del régimen mediante ayuda económica y asistencia técnico-militar, principalmente a través de la formación y entrenamiento de militares. Brasil, que aún disputaba con Argentina la supremacía regional y a pesar de no mantener más una política de alineamiento incondicional con EEUU, buscaba consolidarse como principal referente y beneficiario de su política con América del Sur. En defensa de sus intereses, colaboró con el régimen dictatorial de Stroessner tanto en lo económico como en lo diplomático, cultural y militar. EEUU y Brasil, al contribuir con asistencia técnica y ayuda económica, colaboraron con la consolidación y la larga permanencia de Stroessner en el poder.

Palabras-clave: Guerra Fría, Paraguay, dictadura de Stroessner

A partir do final da década de 1930, o Paraguai, que desde 1904 vivia sob forte influência e dependência econômica da Argentina, passou a constituir-se como peça-chave para os interesses brasileiros na busca de maior influência e alteração da correlação de forças na região do Prata. Por isso o Rio de Janeiro, com o objetivo de retirar Assunção da órbita de influência da Argentina, deu início ao processo de aproximação com aquele país por meio de uma política de intensa atuação diplomática e de colaboração econômica, técnico-cultural e militar. Para a concretização de seus objetivos, o Brasil contava naquele momento - fim da década de 1930 e início dos anos de 1940 - com uma conjuntura internacional que lhe era favorável. Tal conjuntura se caracterizava pela Segunda Guerra Mundial, pela política que os Estados Unidos implementavam na América Latina, pela ascensão do general Estigarribia à presidência do Paraguai², pelos atritos entre Washington e Buenos Aires e, por fim, pela decisão de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos. Isto permitia ao Brasil, que procurava se constituir em parceiro preferencial deste último país, ser beneficiário de sua política de defesa continental na disputa pelo predomínio na região.

Inicialmente, o Brasil aproveitou as negociações de paz da Guerra do Chaco,³ nas quais tivera destacada atuação, para começar o processo de aproximação com o Paraguai. Esse processo teve continuidade com o governo de Estigarribia, tendo os dois países assinado, em 24 de junho de 1939, um acordo de cooperação

² Estigarribia retoma um tema que já estivera na pauta política paraguaia na década de 1920. Conforme salienta Doratioto: “Entre 1926-1930, o Paraguai deu continuidade à política de buscar reduzir a asfixiante dependência econômica da Argentina, colocando o país em posição de equilíbrio entre essa e o Brasil. Essa decisão não foi suficiente, porém, para se impor às condições concretas que impediram até 1930, a trajetória paraguaia rumo a equidistância. [...] Ademais, o aumento das tensões entre o Paraguai e a Bolívia, em torno da soberania do Chaco, contribuíram para a manutenção dessa dependência”. (DORATIOTO, 1997, p. 327)

³ Guerra entre Paraguai e Bolívia ocorrida no período de 1932 a 1935. Sobre o processo de paz e os interesses brasileiros, argentinos e norte-americanos envolvidos, ver SILVEIRA, Helder G. da. **Argentina e Brasil frente à questão do Chaco: a supremacia na América do Sul em jogo**. 1990.

denominado “Acordo sobre Bases de um Intercâmbio Ferroviário, Cultural e Econômico”.

Com a morte de Estigarribia, em setembro de 1940, assumiu como presidente provisório do Paraguai o General Higinio Morínigo,⁴ que proclamou o “Novo Estado Nacionalista Revolucionário” fundado na ordem, na disciplina e na hierarquia. O novo presidente fazia parte da facção militar caracterizada pela mais intransigente oposição aos partidos políticos e impôs ao país violenta ditadura, sustentada pelos setores nacionalistas autoritários das Forças Armadas, muitos deles simpatizantes dos regimes totalitários de direita, especialmente da Alemanha nazista. Uma de suas principais características era a defesa do nacionalismo, que se caracterizava pela tendência autoritária e defesa da necessidade de formação da nacionalidade paraguaia, por ele denominada *paraguaydad*.

Estando os militares no poder, o Brasil, considerando a conjuntura da época, passou a intensificar sua ação no meio militar para obter as simpatias do novo governo paraguaio, iniciando, ainda em 1940, as conversações que culminaram, em 1941, na vinda de uma missão militar de estudos ao Rio de Janeiro e no estabelecimento, de uma missão militar brasileira em Assunção, denominada “Missão Militar de Ensino”, que posteriormente teve suas atribuições ampliadas, passando a denominar-se Missão Brasileira de Instrução Militar”. Ainda em 1941 foram assinados vários acordos e convênios, abrangendo tanto o campo cultural como o econômico. Entre estes acordos destacam-se o que estabeleceu, em Santos, um entreposto de depósito franco para mercadorias importadas ou exportadas pelo Paraguai, a convenção para a construção e exploração da ferrovia de Concepción a Pedro Juan Caballero e os acordos de intercâmbio cultural,⁵ que resultaram, posteriormente, no estabelecimento da Missão Cultural Brasileira em Assunção. A atuação diplomática brasileira, nesse período, foi intensa, tanto na perspectiva de aproximar-se do governo, como, também em angariar as simpatias do

⁴ Morínigo permaneceu na presidência do Paraguai até 1948, quando foi derrubado por um golpe de Estado.

⁵ Coleção de Atos Internacionais nº 178 – Biblioteca do Itamarati – Rio de Janeiro.

povo paraguaio. Nesse sentido, o governo brasileiro declarou a inexistência da dívida da guerra da Tríplice Aliança e devolveu os documentos referentes à independência do Paraguai, que se encontravam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, para ali trazidos no final da Guerra da Tríplice Aliança.⁶

Em 1944, mais precisamente em 11 de agosto, o Brasil e o Paraguai assinaram o Convênio para Construção da Ferrovia Concepción-Pedro Juan Caballero, substitutivo do acordo assinado em 1941. Por esse novo documento, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil recebia concessão para construção e exploração da citada via férrea, como prolongamento do ramal de Ponta Porã, no atual Estado de Mato Grosso do Sul, vizinha da cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, que ligaria essa região da fronteira Brasil-Paraguai com a cidade de Bauru, no interior de São Paulo e, a partir desta, com o porto de Santos, no litoral paulista. O convênio estabelecia também que a ferrovia seria financiada pelo Brasil e que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, como concessionária, teria, durante 30 anos, isenção de impostos aduaneiros para todos os materiais, instrumentos e maquinaria necessários para a construção e manutenção da estrada. Teria ainda o direito de desapropriar terrenos, prédios, etc., se necessário, e de utilizar-se gratuitamente da madeira e de pedras extraídas de bosques e pedreiras pertencentes ao Estado.⁷ Nesse mesmo ano de 1944 foram ainda iniciados os trabalhos para a ligação rodoviária Brasil - Paraguai através do prolongamento da rodovia Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, e da construção da estrada entre Porto Presidente Franco e Coronel Oviedo, em território paraguaio, financiada pelo Brasil (RODRIGUES, 1950).

Com o fim do governo de Vargas e a ascensão do general Eurico Gaspar Dutra à Presidência da República, a política externa brasileira para a região foi alterada, sendo abandonada a orientação de aproximação com o Paraguai, apesar da manutenção do projeto de

⁶ Ofício n. 121 – para o Ministro de Estado das Relações Exteriores. Assunção, 23 de maio de 1944. AHI – Rio de Janeiro.

⁷ Convenção para a Construção e Exploração da Estrada de ferro Concepción-Pedro Juan Caballero. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1944. Coleção de Atos Internacionais n.º 242. Biblioteca do Itamarati – Rio de Janeiro.

supremacia regional. A orientação da política brasileira na região do Prata seria novamente alterada com o retorno de Vargas ao poder em 1951, sendo retomada a política de aproximação com os países vizinhos a fim de se evitar o aumento da influência argentina na região. Assim, a busca de aproximação do Rio de Janeiro com Assunção voltava a ser importante na política regional brasileira, porém, mesmo sendo retomados alguns projetos - como, por exemplo, o das ligações entre os dois países - a colaboração brasileira com o Paraguai, nesse período, não alcançou os mesmos níveis da primeira metade da década de 1940.

Nos últimos anos do governo paraguaio que antecedeu a Stroessner, principalmente durante a gestão de Epifanio Méndez Fleitas⁸ no Banco Central, o Paraguai, que, desde o início da década de 1940, de acordo com seus interesses, oscilava entre uma maior aproximação com a Argentina ou com o Brasil, pendeu para a órbita de influência da Argentina, com quem, em agosto de 1953, assinou um Convênio de Unificação Econômica. Esse acordo entre Buenos Aires e Assunção se colocava como uma ameaça aos interesses do Brasil, que ainda disputava a supremacia regional com a Argentina. Em um despacho de 24 de fevereiro de 1954, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil recomendava ao embaixador brasileiro em Assunção,

(...) Especial atenção da parte de Vossa Excelência deverá merecer o desenvolvimento das relações desse país (Paraguai) com a República da Argentina. País pequeno, de recursos econômicos limitados e dispondo de uma única via de acesso comercial ao mundo exterior, (...) vive o Paraguai numa situação de dependência material em relação à República Argentina. É de recear, pois, que o Convênio de União Econômica, há pouco firmado entre os dois países para a integração de suas respectivas economias, venha a criar uma situação tal, que, por força mesmo de sua inferioridade econômica, esse país se veria eventualmente

⁸ Epifanio Méndez Fleitas era considerado o principal nome do justicialismo paraguaio.

obrigado a aceitar, como fato consumado, a ascendência política do vizinho.

(...) Vossa Excelência deverá estar vigilante mantendo-se atento ao desenrolar das negociações entre esse governo e o da Argentina, não só no que se refere à execução do Convênio União Econômica, mas, sobretudo no que diz respeito aos prejuízos que seu funcionamento possa eventualmente causar aos interesses do Brasil”⁹.

Pouco depois, a situação começou a mudar. Entre os dias 03 e 04 de maio de 1954, quando o governo paraguaio se preparava para receber a visita do presidente argentino Juan Domingo Perón, que deveria chegar a Assunção no dia 08 de maio,¹⁰ o general Alfredo Stroessner Matiauda comandou o golpe de Estado que derrubou o governo civil de Federico Chaves. O golpe foi o desenlace de uma crise iniciada em janeiro daquele ano, gerada, em grande parte, como consequência do descontentamento provocado por algumas medidas econômicas adotadas pelo governo e pela assinatura do Convênio com a Argentina. Esse convênio desagradava a alguns setores da sociedade e chefes militares paraguaios, entre eles o Comandante-chefe das Forças Armadas general Alfredo Stroessner. Também não agradava ao Brasil e aos Estados Unidos, que ainda não haviam conseguido submeter totalmente a Argentina peronista.

Se por um lado, o golpe de maio pode ser visto como mais um na instável vida política paraguaia, por outro, é necessário considerar que veio ao encontro dos interesses dos Estados Unidos e do Brasil, o que torna quase impossível não acreditar que não tenha havido pelo menos sugestões e incentivo de militares brasileiros e norte-americanos. Não se pode esquecer que se vivia no período da Guerra Fria, que os militares brasileiros ainda andavam às voltas com as questões de geopolítica na América do Sul, que o General Stroessner,

⁹ Despacho 4/921.1 (42) (43), p.12., de 24 de fevereiro de 1954. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

¹⁰ Essa seria a segunda visita oficial do presidente argentino, em menos de seis meses, ao Paraguai.

poucos meses antes, visitara oficialmente o Brasil a convite das Forças Armadas e que a política brasileira, em relação ao Paraguai, era orientada pelo discurso da necessidade de assegurar a independência daquele país, isto é, de não permitir que a Argentina, através de seu poder econômico e controle sobre a - até então - única possibilidade de comércio exterior do Paraguai, viesse a subjugar-lo, transformando-o em mais uma província.

Segundo o Itamarati, de modo geral, a linha-mestra da orientação da política do Brasil no Paraguai

tem sido o desejo, e, mais do que isso, a determinação de assegurar-lhe a independência política, (...) Especial atenção da parte de Vossa Excelência deverá merecer o desenvolvimento das relações deste país com a República Argentina. (...) É de recear, pois, que o Convênio de União Econômica(...) venha a criar uma situação tal, que, por força mesmo de sua inferioridade econômica, o Paraguai se veria obrigado a aceitar como fato consumado a ascendência política do vizinho¹¹.

Stroessner, porém, não assumiu imediatamente o comando do governo. Para angariar simpatias e apoio civil, entregou a solução da crise institucional à Junta de Governo do Partido Colorado,¹² que, rapidamente, indicou Romero Pereira para presidente provisório, marcou a eleição presidencial para o dia 12 de julho e indicou Stroessner como candidato do partido. Dessa forma, em agosto, ele assumiu o comando do governo como presidente eleito. No decorrer das mais de três décadas de seu governo, o ditador modificou várias vezes a Constituição para poder ser reeleito e apresentar-se como detentor legal do poder.

Para os interesses do Rio de Janeiro, a tomada do poder por Stroessner foi extremamente vantajosa. O novo governante pertencia

¹¹ Despacho Confidencial nº4/921.1(42) (43) de 24 de fevereiro de 1954, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para o Embaixador brasileiro no Paraguai. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

¹² Instância máxima do partido, equivalente a Direção Executiva dos partidos no Brasil.

ao grupo que se posicionara contrário à assinatura do Acordo de União Econômica com a Argentina, tendo, logo após sua ascensão ao poder, declarado ao embaixador brasileiro seus planos de aproximação com o Brasil e projetos para o incremento das relações econômico-comerciais entre os dois países.¹³ A política exterior, de orientação pró-Argentina, começava, a partir daí, a ser substituída pela política de aproximação com o Brasil, que, na defesa de seus interesses, demonstrava estar disposto a colaborar com o regime que se instalava no país vizinho.

Segundo relatório confidencial do Embaixador Moacyr Ribeiro Briggs ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, Raul Fernandes, logo que assumiu o comando do Estado paraguaio, Stroessner que era “profundo admirador do Brasil, sobretudo por sua conhecida estima e camaradagem com nossas Forças Armadas”, procurou-o para informar-lhe que,

estava disposto a tudo fazer para que se inicie uma política de maior cooperação entre os dois países, afirmou estar mais do que nunca ‘super-convencido’ de que o primeiro passo a tomar seria o da abertura das duas vias de comunicação entre ambos, isto é, a de Concepción a Pedro Juan Caballero e a de Coronel Oviedo a Fóz do Iguassú (sic) (...) expôs, ainda, o General Stroessner seus projetos para o incremento das relações econômico-comerciais com o Brasil. Achava, por exemplo, que a região norte do Paraguai poderia tornar-se grande fornecedora de gado em pé para o Brasil, já que as dificuldades de transporte do país tornavam contra-producente trazer esse gado para os frigoríficos de arredores de Assunção, tudo indicando dever o mesmo escoar para as regiões de Mato Grosso e norte do Paraná¹⁴.

Ao contrário do que acontecera em 1945, a política de aproximação com o Paraguai não foi alterada com o fim do segundo

¹³ Of. Confidencial n° 250, outubro de 1954. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília

¹⁴ Of. Confidencial n° 250, outubro de 1954. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília

governo Vargas, em agosto de 1954. Tanto o governo de Juscelino Kubistchek como os de Jânio Quadros e João Goulart a aprofundaram, colaborando para a consolidação do regime ditatorial que se instalara no país. Como Stroessner estava convicto “da importância de uma política de estreitas e efetivas relações com o Brasil de modo a poder o Paraguai respirar por mais de um pulmão”,¹⁵ o processo de aproximação entre o Brasil e o Paraguai foi acelerado, tendo início as negociações para a construção da rodovia Coronel Oviedo-Porto Presidente Franco, na região do Alto Paraná, divisa com a cidade brasileira de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná. O acordo entre os dois países foi concluído em 20 de janeiro de 1956, ficando nele estabelecido que a referida rodovia seria construída com recursos financiados pelo Brasil.

Essa estrada, que foi entregue ao governo paraguaio em 30 de junho de 1959, finalmente colocou em contato rodoviário a capital paraguaia com o Brasil. Dando continuidade ao projeto de estabelecimento de uma nova rota de comércio exterior, no dia 20 de janeiro daquele mesmo ano (1956) foi também assinado o acordo que permitia ao Paraguai estabelecer um entreposto de depósito franco em Paranaguá, no litoral paranaense, facilitando sua importação e exportação, e o estabelecimento de um entreposto de depósito franco em Concepción, para as mercadorias importadas e exportadas pelo Brasil. Porém, ainda permanecia o maior obstáculo para a ligação definitiva do Brasil e do Paraguai e para que esse pudesse de fato reorientar sua política externa. Buscando superá-lo, em maio de 1956, o governo paraguaio enviou ao governo brasileiro a solicitação de construção de uma ponte sobre o rio Paraná, que ligaria definitiva e efetivamente os dois países.

O governo paraguaio desejando facilitar o maior desenvolvimento da política de crescente vinculação entre os dois povos do Paraguai e do Brasil (...) tem o maior interesse de que seja construída uma ponte internacional sobre o rio Paraná (...). O governo paraguaio, extremamente interessado em suprimir um obstáculo

¹⁵ Relatório Confidencial, fevereiro de 1954. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

natural que embarga as correntes de intercâmbio entre as duas nações irmãs, solicita do governo brasileiro que tome a seu encargo a construção da referida ponte¹⁶.

Stroessner via, na aproximação com o Brasil, a possibilidade de sair da histórica dependência do porto de Buenos Aires. Para o Brasil, que dava um vigoroso impulso ao seu processo de industrialização, esse era um momento oportuno para garantir um bom mercado para seus produtos, além, é claro, de aumentar sua influência na região do Prata.¹⁷ Como afirmava o chanceler brasileiro José Carlos de Macedo Soares, em uma reunião com representantes das classes produtoras de São Paulo, em novembro de 1956:

(...) É da própria intenção do nosso país contribuir para o levantamento e a independência econômica do Paraguai propiciando-lhe condições favoráveis de desenvolvimento, incentivando a aplicação de capitais e indústria de transformação em seu território, a fim de que ele possa, em futuro talvez próximo, constituir autêntico mercado para nossos produtos¹⁸

Essa oportunidade não foi desperdiçada, como bem comprova o estado atual das relações econômicas entre os dois países. O governo brasileiro, tendo em vista seus interesses na região, que incluía promover as condições para o Paraguai sair da histórica dependência do porto de Buenos Aires, concordou em assumir o encargo da construção da ponte sobre o rio Paraná. Cinco anos depois, em 27 de janeiro de 1961, a ponte foi inaugurada com o nome de Ponte da Amizade. Com ela, pela primeira vez, o Paraguai possuía, de fato, uma alternativa de comércio exterior que não fosse através da Argentina. Essa ponte, que colocava Assunção em contato com o Brasil e com o mundo através, principalmente, do porto de

¹⁶ M.R.B. nº 35 de 29 de maio de 1956. In: Coleção de Atos Internacionais nº 378. Biblioteca do Itamarati. Rio de Janeiro.

¹⁷ Moraes, 2000.

¹⁸ Jornal "O Estado de São Paulo", 11 de novembro de 1956, p. 20.

Paranaguá, apesar de não haver recebido nenhuma participação financeira do governo paraguaio, foi de grande valia para o discurso do regime. Essa obra, mais do que qualquer outra, permitia a Stroessner apresentar-se como modernizador e grande realizador de obras em benefício de seu país, propiciando-lhe sair do isolamento e superar o secular atraso econômico, cultural e tecnológico. Além disso, dava-lhe a possibilidade de fazer frente à Argentina,¹⁹ uma vez que, mais do que qualquer outra coisa, significava e representava o apoio, a amizade e a decisão brasileira de investir naquele país.

Além dos convênios e acordos já citados, a segunda metade da década de 1950 foi marcada, também, pela assinatura de vários outros acordos, convênios e tratados entre Brasil e Paraguai, abrangendo vários setores da economia, educação e cultura. Ainda no ano de 1956, foram assinados: o “Convênio de Cooperação para o Estudo de Aproveitamento de Energia Hidrelétrica dos rios Monday e Acaray”; o “Tratado Geral de Comércio e Investimento”, estabelecendo que os produtos originários de qualquer um dos dois países estariam isentos de impostos ou de qualquer outro gravame, tanto ao serem importados como exportados. Esse acordo, devido à disparidade do nível de desenvolvimento econômico, industrial e tecnológico dos dois países, era vantajoso para o Brasil, que iniciava a conquista de uma parte significativa do mercado guarani. Foi assinado também o “Convênio de Comércio Fronteiriço”, destinado a regularizar e legalizar o intercâmbio comercial que se realizava através da fronteira comum entre os dois países.

Em 1958, foi assinado o “Convênio de Turismo e Trânsito”, que eliminava a necessidade de passaporte para os naturais de um dos países signatários que permanecessem no outro pelo prazo de, no máximo, sessenta dias. Previa, também, que as autoridades de cada um dos dois países podiam impedir a entrada de pessoas que considerassem “inconvenientes, especialmente aquelas consideradas perigosas para a segurança continental” - entendam-se os perseguidos

¹⁹ Nesse período, havia certa tensão entre os dois países, devido, por um lado, ao fato de o Paraguai ter dado asilo político a Perón em 1955 e, por outro, porque a Argentina permitia aos exilados políticos paraguaios se organizarem em seu território.

políticos acusados de serem comunistas. Em novembro de 1959, foi assinado o “Convênio para o Estabelecimento, em Encarnación, de um Entrepósito de Depósito Franco” para os produtos brasileiros. Para os interesses do Brasil, o regime stroessnista se constituía em um excelente parceiro. Para Stroessner, interessava a colaboração brasileira, uma vez que ela lhe permitia apresentar-se como promotor do progresso. Ao Brasil interessava colaborar pois, permitia, cada vez mais, aumentar sua presença e influência sobre aquele país. Por isso, em 1960, mais uma vez, o Brasil se dispunha a “contribuir” para o estabelecimento de infra-estrutura no Paraguai. Através da assinatura do “Acordo para a Construção da Rodovia Concepción - Ponta Porã”, o governo brasileiro se comprometia a envidar esforços, em comum acordo com o governo paraguaio, para obtenção de recursos para a execução da obra. Numa confluência de interesses, a

amizade com o Brasil passou a constituir o fundamento da política exterior do Paraguai, onde o Partido Colorado, a fomentar internamente o nacionalismo contra a supremacia de Buenos Aires, a ela recorria como esteio para eventuais pressões quer contra a Argentina quer até mesmo contra os Estados Unidos²⁰.

Para um país pobre e subdesenvolvido como era o Paraguai, a ajuda e o investimento brasileiro eram de grande importância. Obras como a estrada Coronel Oviedo - Porto Presidente Franco e, principalmente, a Ponte da Amizade, se constituíam em molas propulsoras de desenvolvimento e progresso econômico. Essa estrada permitiu, por exemplo, a colonização da chamada região do Alto Paraná, que veio a se constituir, em poucos anos, em uma das mais ricas do País. A Ponte da Amizade, entre outros benefícios, como o fim da dependência paraguaia do porto de Buenos Aires, ensejou a construção da atual "Ciudad del Este" - então “Puerto Stroessner” - que, devido à sua localização e liberdade de importação, tornou-se

²⁰ Bandeira, 1993. p. 102

um dos mais importantes centros comerciais do Paraguai.²¹ A realização dessas obras e de outras de menor importância, que deveriam fazer parte do cotidiano de qualquer governo, tornavam-se fundamentais para o regime, pois ele, em grande parte, nelas se baseava para justificar-se, sendo seu slogan: “Paz, Trabajo y Bienestar con Stroessner”.

Ao contribuir com a economia paraguaia, o Brasil contribuía para a consolidação do regime ditatorial de Stroessner, que usava a colaboração brasileira, como também a norte-americana, para justificar seu discurso de paz e de modernização do país destacando-a como fruto de sua política, para cuja continuidade e intensificação era fundamental a persistência do clima de ordem e de paz que ele estabelecera, o que, por sua vez, dependia de sua própria permanência no poder, já que ela era a garantia de ordem, tranquilidade e segurança para os investimentos estrangeiros no País.

O Brasil, na defesa de seus interesses na região, contribuiu com o ditador paraguaio nos campos econômico, militar, cultural e diplomático. No campo militar, vale lembrar, inicialmente, que o regimento que se rebelou, dando respaldo ao golpe de Estado em maio de 1954, recebia instrução militar brasileira.²² Vários dos oficiais, que em seguida assumiram comandos militares e outros postos de destaque, como ministérios, etc. - a começar pelo próprio Stroessner, que estivera no Rio de Janeiro em dezembro de 1953, como convidado oficial das Forças Armadas brasileiras - haviam estudado em escolas militares no Brasil. É também interessante ressaltar que, entre 1947 e 1950, foi membro da Missão Militar Brasileira o General Golberi do Couto e Silva, o qual mais tarde se

²¹ Ciudad del Este foi criada pelo Decreto Presidencial nº24.634 de 3 de fevereiro de 1957 com o nome de Ciudad Puerto Presidente Stroessner. Está localizada a poucos quilômetros da Ponte da Amizade, na fronteira com o Brasil (Foz do Iguaçu/Pr). Sua fundação deveu-se diretamente à construção da referida ponte e da rodovia Coronel Oviedo-Porto/Presidente Franco. Atualmente, segundo notícia veiculada pela imprensa televisiva, em volume de comércio, essa cidade se constitui em um dos maiores centros comerciais da América Latina e, em termos de comercialização de produtos importados, está logo abaixo de Hong Kong.

²² A divisão da Cavalaria nº 1 “Bernardino Caballero” era a principal unidade militar assessorada pela Missão Brasileira de Instrução no Paraguai.

destacou no cenário político brasileiro, entre outros motivos, por suas idéias de geopolítica.²³

A contribuição no campo militar, nesse período, se deu, entre outros meios, através da Missão Brasileira de Instrução Militar; da concessão de bolsas de estudos a militares paraguaios em escolas militares brasileiras; da entrega de armas, munições e aviões para o combate aos movimentos de guerrilha que tentaram se implantar no país; da prestação de informações sobre a movimentação de grupos guerrilheiros na fronteira e da entrega de exilados políticos à repressão paraguaia.²⁴ Essa contribuição também se efetivou de forma subliminar através da constante presença de militares brasileiros em solenidades públicas, como convidados de honra, exibição de armas e presença de batalhões de soldados brasileiros em desfiles comemorativos na capital paraguaia. De acordo com Moniz Bandeira, o objetivo de Stroessner,

consistia, sem dúvida, em jogar com imagens de prestígio e aparência de apoio uma vez que a amizade com o Brasil constituía o fundamento da política exterior do Paraguai, onde o Partido Colorado, a fomentar internamente o nacionalismo contra a supremacia de Buenos Aires, a ela recorria como esteio para eventuais pressões quer contra a Argentina quer até mesmo contra os Estados Unidos.²⁵

Essa presença militar brasileira, também, permitia a Stroessner ameaçar veladamente a oposição. Ou seja, passava a mensagem de que, caso houvesse necessidade, ele contaria com o apoio brasileiro para se manter no poder. Em contrapartida,

²³ Em seu livro *Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo e Geopolítica*, na página 52, afirma: "(...) também nós podemos invocar um destino manifesto, tanto mais quanto ele não colide no Caribe com os dos nossos irmãos do norte".

²⁴ DPO/600.(43) Secreto, de 27 de dezembro de 1959, do Ministério das Relações Exteriores para a Embaixada Brasileira em Assunção. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília; Of. nº.549/920.(42) (43), de 27 de setembro de 1961., do Embaixador brasileiro para o Ministro das Relações Exteriores. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília; *Jornal do Brasil*, 7 de maio de 1960. *Jornal do Brasil*, 25 de fevereiro de 1961, p. 04.

²⁵ Bandeira, 1993, p. 102.

aumentava de forma acelerada a presença brasileira na vida política, econômica e cultural daquele País.

Os interesses brasileiros no Paraguai também estiveram presentes no campo da cultura. O povo paraguaio, em decorrência da Guerra da Tríplice Aliança, durante quase um século viu o Brasil como o grande vilão de sua história. Agora, à medida que avançava o estreitamento das relações entre o Rio de Janeiro e Assunção, fazia-se necessário que o Brasil passasse a ser visto como aliado e amigo; que houvesse mudança de mentalidade a respeito das relações entre os dois países, e que estas, apesar de assimétricas, passassem a ser vistas como vantajosas para Assunção. É sabido que para uma nação exercer influência sobre a outra se faz necessária a dominação cultural, ou ao menos uma forte influência nesse campo. Para isso, houve o incremento da colaboração brasileira no campo da cultura e da educação no Paraguai. Através da Missão Cultural Brasileira estabelecida em Assunção, cujas funções foram sistematizadas em 1952, o Brasil passou a atuar de forma efetiva, inclusive, na educação formal, mantendo professores em vários cursos oferecidos pela Universidade Nacional de Assunção. Em 1963, sete cátedras da Faculdade de Filosofia, que reunia vários cursos de formação de professores, estavam sob a responsabilidade de professores brasileiros²⁶. A Missão Cultural também distribuía bolsas de estudo para jovens paraguaios, ao nível de graduação e de pós-graduação; promovia a cultura brasileira através da apresentação de artistas; da realização de peças teatrais, cursos, seminários e manutenção de uma escola de arte para crianças. Em 1960, o Brasil obteve a assinatura do "Convênio para revisão dos textos de livros didáticos de forma a não prejudicar a amizade entre os dois países". Em 1964, foi inaugurado o Colégio Experimental, da Faculdade de Filosofia na cidade universitária de Assunção, construído e doado pelo governo brasileiro. Atualmente, nesse prédio funciona a Faculdade de História da Universidade Nacional de Assunção.

²⁶. Relatório da Missão Cultural Brasileira no Paraguai, referente ao ano de 1963. p. 5. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília.

Ao mesmo tempo que fortalecia os laços entre os dois países, contribuindo para uma mudança da mentalidade do povo paraguaio no modo de perceber o Brasil, a Missão Cultural, da mesma forma que a colaboração econômica e militar, contribuía para consolidação de Stroessner no poder, o que era de interesse do Brasil, que passava a ser visto como fraternal vizinho e aliado, enquanto a Argentina que, historicamente, esteve ligada ao Partido Liberal, passava a ser vista como prepotente e sempre disposta a subjugar o Paraguai.

O discurso do governo paraguaio, ao mesmo tempo em que deslegitimava a oposição, acusando-a de estar ligada a interesses externos, angariava apoio da massa colorada, abrindo o país, principalmente, aos interesses brasileiros e norte-americanos. De certa forma, isso era facilitado pela atuação da imprensa Argentina, que fazia severas críticas ao regime ditatorial de Stroessner e denunciava a violência e a tortura a que eram submetidos os que a ele se opunham. A atuação brasileira fazia um contraponto com a Argentina, porque no Brasil, poucas vezes a imprensa fez denúncias a esse respeito. Quase sempre Stroessner foi tratado como “grande estadista, amigo e grande líder”, não só pelas autoridades, mas, também, pela imprensa brasileira. Isto quando o Brasil vivia uma das mais significativas experiências democráticas de sua história.

Para os interesses brasileiros - lembrando que os chamados interesses nacionais são os interesses das classes dominantes e dirigentes - era importante a permanência de Stroessner no poder. Por isso, às vésperas das eleições paraguaias, em 1962, quando aumentavam as críticas à ditadura, tanto internamente como no exterior, o embaixador brasileiro em Assunção, Joaquin Justino Alves Bastos, chamava a atenção do Itamarati para a necessidade de manter o apoio a Stroessner. Após fazer referência às atuações da Missão Militar e da Missão Cultural, aos auxílios prestados pelo Ministério da Marinha e da Aeronáutica e à construção da Ponte da Amizade e do Colégio Experimental, destacando as vantagens do Paraguai com essa ajuda, inclusive, no combate ao movimento guerrilheiro entre os anos de 1959 a 1961, afirmava:

(...) o governo Stroessner deve, pois, ao Brasil, boa parte de seu poder de sobrevivência.(...) julgo admitir

favoravelmente a continuação do General Alfredo Stroessner no governo, visto que é amigo do Brasil e, no momento, a expressão máxima do homem paraguaio. Não poderemos, nem seria de desejar um retrocesso na atuação que a nossa pátria vem tendo neste cenário e o referido presidente é dos seus maiores entusiastas. (...)²⁷

Com o fim do regime democrático e com a instalação da ditadura militar no Brasil, em 1964, a colaboração com o regime ditatorial de Stroessner intensificou-se, culminando na construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, na década de 1970, e na participação de ambos na Operação Condor, de triste memória para as duas nações.

Quanto à colaboração norte-americana com o regime ditatorial de Stroessner, é necessário inicialmente destacar: desde que começaram a se constituir na “nova metrópole” do continente americano, os Estados Unidos buscaram dar forma jurídica às suas relações com os Estados latino-americanos. Este objetivo foi alcançado com a formação da Organização dos Estados Americanos/OEA em 1948, (Donghi, 1975). Esse processo de ajustamento da América Latina aos interesses norte-americanos começou a ser esboçado juridicamente no final da Segunda Guerra Mundial, quando da realização da Conferência do México, em 1945, a qual resultou na assinatura da Ata de Chapultepec (Schilling, 1991, p. 42).

Sobre o significado dessa Conferência para a política internacional da América Latina, destaca Gérson Moura:

Os Estados Unidos conseguiram na prática restabelecer o direito de intervenção na América Latina (acobertada pela idéia de intervenção coletiva) em caso de agressão externa ou interna, que poderá ser um regime político 'adverso' ou uma revolução social (1990, p. 43).

²⁷ Of. Confidencial nº 131/600.(43), de 22 de maio de 1962, da Embaixada Brasileira em Assunção para Ministro das Relações Exteriores. Centro de Documentação do Itamarati. Brasília

Dando seqüência às resoluções da Conferência do México, realizou-se em 1947, a Conferência do Rio de Janeiro para discutir um tratado de assistência recíproca em caso de agressão ou ameaça de agressão externa. Dessa reunião, resultou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), que previa que um ataque armado a qualquer Estado contra um Estado americano seria considerado um ataque a todos os Estados americanos. De acordo com Gerson Moura, o "TIAR não era propriamente um tratado de defesa hemisférica mas um canal de articulação da hegemonia político-militar dos Estados Unidos sobre o conjunto do continente" (Moura, 1990 p. 44).

A partir desses acordos, foram assinados vários tratados bilaterais de segurança mútua, principalmente a partir do início da década de 1950. Por esses acordos, os Estados Unidos passavam a fornecer equipamentos e treinamento a militares latino-americanos, o que lhes permitia exercer influência política e ideológica e intervir em muitos desses países, toda vez que sentiam seus interesses ameaçados. Com o Paraguai, esses acordos tiveram início ainda na década de 1940, com a assinatura de um acordo de assistência militar. Através dele, instalou-se, em Assunção, uma Missão Militar Norte-Americana que tinha por função não só dar instrução aos oficiais militares paraguaios, mas também cooperar com o Comandante-Chefe de suas Forças Armadas.

No contexto da Guerra Fria, o Paraguai, que apresentava baixos índices de desenvolvimento e graves problemas econômicos e sociais, devido a sua localização assumiu grande importância para os interesses de Washington na região. Segundo a percepção das autoridades norte-americanas, o Paraguai se localizava no coração da América, e se fosse dominado ou complacente com o comunismo, daria a este grande vantagem estratégica para sua infiltração na região, especialmente nos países fronteiriços (Argentina, Brasil, Uruguai, Bolívia e Peru). De acordo com o Embaixador norte-americano, em Assunção,

(...) La relativa debilidad e inestabilidad de Paraguay preocupa a Estados Unidos y (el país) tiene importancia en cuanto a su localización estratégica en el mismo corazón de Sudamérica. Si Paraguay fuese dominado o complaciente

con el Comunismo, su localización central le otorgaría gran ventaja estratégica para la infiltración Comunista a los cinco países circundantes²⁸.

Essa preocupação com a possibilidade de avanço do comunismo em território paraguaio devia-se, principalmente, à efetiva participação do Partido Comunista, ao lado de liberais e febreristas, na Revolução de 1947, na qual a maior parte dos oficiais do exército posicionaram-se ao lado dos revolucionários. Uma das poucas exceções foi o general Stroessner.

Para Washington, interessava que o governo paraguaio, como os demais da América Latina, fosse um aliado incondicional e que suas forças armadas seguissem sua doutrina militar. Devido ao Acordo de Cooperação Militar, vários militares paraguaios fizeram cursos ou visitaram as escolas militares norte-americanas no Panamá e nos Estados Unidos, inclusive o general Stroessner, e eram considerados pelo Embaixador “muy amigos de Estados Unidos y de los métodos de Ejército y la Fuerza Aérea norteamericanos”²⁹.

Com a tomada do poder por Stroessner, os Estados Unidos, na defesa de seus interesses e com base na doutrina de segurança continental, intensificaram o apoio econômico e militar a Assunção. Por sua vez, Stroessner, para fortalecer-se no poder, tanto interna como externamente, buscou ligar-se cada vez mais aos interesses norte-americanos na região, tendo solicitado, em 1955, que os Estados Unidos estabelecessem uma base militar em território paraguaio. De acordo com seu Ministro da Defesa, devido à localização geográfica, à unidade e homogeneidade da “raça paraguaia”, à firmeza com que cumpria suas obrigações internacionais e ao compromisso de seu governo contra o comunismo, os Estados Unidos poderiam considerar o Paraguai um importante aliado e tomá-lo em conta no

²⁸ Despacho n.º. 243, de 04 de março de 1955, da Embaixada Norte-Americana para o Departamento de Estado. In: Miranda, 1987, p. 45.

²⁹ Despacho n.º. 243, de 04 de março de 1955, da Embaixada Norte-Americana para o Departamento de Estado. In: Miranda, 1987, p. 45

seu planejamento de defesa do hemisfério³⁰. Stroessner acreditava que, se houvesse a instalação da base militar norte-americana em território paraguaio, os Estados Unidos se encarregariam de manter a “ordem” interna e de mantê-lo no poder. Se se considerar a importância do elemento militar na sociedade paraguaia e o fato de que as forças armadas sempre atuaram de forma decisiva na política do país, entender-se-á, ainda melhor, o significado dessa assistência e ajuda norte-americana para a consolidação e manutenção do regime ditatorial.

Também, a colaboração econômica e técnica na agricultura, saúde, higiene, educação e administração pública, dos Estados Unidos ao Paraguai intensificou-se. Por exemplo, em 02 de setembro de 1954, apenas 17 dias após a posse de Stroessner, o Eximbank aprovou um crédito de 7,2 milhões de dólares para financiar a compra de serviços e equipamentos norte-americanos para a instalação da rede de água potável em Assunção. Até 1959, somente a CORPOSANA, empresa responsável pela implantação do projeto, recebeu a soma de nove milhões de dólares do Eximbank e Development Loan Fund³¹. Esses valores eram bastante elevados, considerando-se o tamanho da economia paraguaia daquela época. Pouco depois, os Estados Unidos financiaram a construção da rodovia Trans-Chaco, considerada estratégica, que colocou o Paraguai em contato direto com a fronteira boliviana e permitiu uma maior integração entre as duas regiões que compõem o País. O financiamento para a construção dessa estrada deveu-se, especialmente, ao fato de acreditar-se que o Chaco paraguaio guardava grandes reservas petrolíferas. Nessa época, a companhia Pure Oil detinha a concessão de grandes extensões territoriais para prospecção de petróleo na região do Chaco³².

³⁰ Despacho nº 149, de 04 de novembro de 1955, da Embaixada Norte-Americana ao Departamento de Estado. In: Miranda, 1987, p. 52.

³¹ Miranda, 1987, p. 58.

³² O Embaixador do Brasil em Assunção, Gal Euclides Zenóbio da Costa, considerava a construção dessa rodovia, supervisionada diretamente pela Missão Militar dos Estados Unidos e para a qual o exército norte-americano contribuíra com US\$ 1 milhão, de caráter “precipuamente militar”. Bandeira, 1993, p. 103.

Para os Estados Unidos e sua política de segurança continental, a qual implicava em sua hegemonia sobre a América Latina, era importante manter forte presença na região e obter garantias para seus investimentos. No Paraguai, sob a ditadura de Stroessner essa garantia foi obtida através da assinatura de um acordo, em outubro de 1955, o qual estabelecia que os bens das empresas norte-americanas instaladas no Paraguai ficariam a salvo de eventuais nacionalizações ou expropriações. O Estado paraguaio comprometia-se, ainda, a ressarcir eventuais perdas que essas empresas viessem a ter por causa de revoluções ou convulsões políticas³³. A preocupação em dar a máxima segurança ao capital norte-americano se fez presente, também, na aprovação de leis anticomunistas, como bem demonstra a carta enviada pelo Ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Dr. Hipólito Sánchez Quell, ao Secretário do Departamento de Estado, John Foster Dulles, em 20 de agosto de 1955. Nessa carta, Sánchez Quell afirmava:

Vuestro país tiene el honor y gloria de liderar la firme e irrefutable oposición al comunismo; y es un honor y una gloria para el pueblo paraguayano contarse entre vuestros aliados en esta gran empresa. Es por esa razón que mi Gobierno ha tomado una postura categórica, tanto en la sanción de leyes internas como en nuestras decisiones, las que definen los ideales de vida del pueblo paraguayo, adoptadas en el seno de los organismos internacionales y especialmente en la Organización de Estados Americanos³⁴.

Em outubro daquele mesmo ano, o governo decretou a Lei nº 294, denominada "Ley de Defensa de la Democracia". Por ela, participar do Partido Comunista ou defender o comunismo passava a ser considerado crime. Essa lei, ao mesmo tempo em que dava amplas condições para o regime combater qualquer tipo de oposição, era, também, extremamente vantajosa para os empresários e investidores. Além de inibir a organização dos trabalhadores, essa lei permitia

³³ Miranda, 1987. p.63.

³⁴ Miranda, 1987, p .62

reprimir qualquer movimento reivindicatório, bastando, para tanto, acusar os participantes de pertencerem ao Partido Comunista ou de defenderem suas idéias.

Apesar do discurso de defesa da soberania nacional, Stroessner abriu o país aos interesses e interferências externas. Por exemplo, em 1956, o governo paraguaio solicitou ao Departamento de Estado que usasse de sua influência junto ao FMI a fim de que esse concordasse em enviar ao Paraguai um grupo de assessores para trabalhar com o Banco Central na revisão dos controles de câmbio e questões monetárias. Tal assessoria poderia estender-se ao campo da política econômica e fiscal. Na verdade, estes técnicos seriam norte-americanos e trabalhariam de acordo com os interesses do Departamento de Estado. Segundo o Embaixador Arthur A. Ageton, a manutenção de técnicos do FMI como assessores do Banco Central daria caráter internacional à operação, evitando, dessa forma, que a oposição ao regime fizesse acusações de interferência norte-americana nos assuntos internos do país.³⁵

Essa colaboração, acima de tudo, servia para o regime demonstrar quanto o "grande defensor da democracia e dos valores cristãos" respeitava e prestigiava o governo paraguaio; e - mais importante que isso - servia para o regime manter seu esquema de corrupção e privilégios, especialmente no setor militar, que, em troca, mantinha-se fiel no apoio à ditadura e ao ditador. De acordo com documentos de sua embaixada, o objetivo da ajuda norte-americana era manter afastada qualquer ameaça de avanço da influência do comunismo,³⁶ e isso Stroessner cumpria com grande competência, promovendo uma cruel, e sem-trégua perseguição aos comunistas. No contexto do desenrolar da guerra fria, mais especificamente, diante da instalação do socialismo em Cuba e de uma situação crítica na América Latina, a qual se caracterizava pelo subdesenvolvimento, instabilidade política e grande índice de

³⁵ Despacho nº 240, de 04 de janeiro de 1956, da Embaixada Norte-Americana ao Departamento de Estado. In: Miranda, 1987.p. 83.

³⁶ Despacho nº. 243, de 04 de março de 1955, da Embaixada Norte-Americana para o Departamento de Estado. In: Miranda, 1987, p. 45.

pobreza, era de seu interesse a manutenção de Stroessner no governo da nação mais anticomunista da América. "La República del Paraguay es sin lugar a dudas, la nación más firmemente anticomunista de América (...) El Partido Comunista es ilegal en Paraguay e sus actividades son vigorosamente reprimidas"³⁷.

Para a diplomacia norte-americana, a ajuda com doações ao Paraguai se justificava militarmente por sua localização geográfica estratégica e sua utilização potencial como base para qualquer operação futura da força aérea norte-americana, como também pela capacidade que as forças armadas paraguaias, se bem equipadas, teriam tanto para a defesa do continente, como para a prevenção de ações agressivas do comunismo doméstico. Segundo seu embaixador em Assunção:

Es del mejor interés de Estados Unidos mantener una nación fuertemente anti-comunista em médio de países que experimentan graves problemas económicos internos e inestabilidad política seria, factores que crean un clima favorable para la penetración del comunismo em América del Sul³⁸.

Enfim, os interesses brasileiros e norte-americanos na região propiciaram a ajuda necessária para a consolidação e para a longa permanência do regime ditatorial de Stroessner, permitindo-lhe melhor fundamentar seu discurso de promotor do progresso e preocupado com o bem-estar da população e dando-lhe instrumentos práticos (armamentos e financiamentos) que serviram para angariar "apoios", garantir lealdades - especialmente no setor militar - e para combater a oposição. Para os Estados Unidos, a permanência de Stroessner no poder significou a certeza de combate ao comunismo naquele país e da manutenção de um aliado incondicional nos organismos internacionais. Para o Brasil, o resultado de sua política de aproximação com o Paraguai, iniciada em fins dos anos trinta e

³⁷ Despacho Confidencial nº 166, de 10 de outubro de 1958, da Embaixada Norte-Americana para o Departamento de Estado. In: Miranda, 1988, p. 64.

³⁸ Despacho Confidencial nº 166, de 10 de outubro de 1958, da Embaixada Norte-americana para o Departamento de Estado. In: Miranda, 1, p. 61

início dos anos quarenta, resultou no abandono da política pendular desenvolvida pelo Paraguai e na sua inserção na órbita de influência brasileira.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ARCE, Osmar Dias de. *O Paraguai contemporâneo (1925-1975)*. In: CASANOVA, Pablo G. (Org) *América Latina - História de meio século*. (Tradução de Marcos Bagno e Ricardo G. R. Castro). Brasília: Editora UnB, 1988.

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina*. Brasília:Edunb/Editora Ensaio, 1993.

DONGHI, Tulio Halperin. "História da América Latina". (Tradução de Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LEWIS, Paul H. "Paraguay Bajo Stroessner" (Tradução de Maria Teresa Gongora Borba). México: Fondo de Cultura Económica. 1986.

MENEZES, Alfredo da Mota. *A herança de Stroessner. Brasil-Paraguai (1955-1980)*. Campinas/SP: Papirus, 1987.

MIRANDA, Aníbal. *Argentina, Estados Unidos e insurrección en Paraguay*. Asunción: RP Ediciones/ Miranda e Asociados, 1988.

-----, EE.UU y el régimen militar paraguayo (1954-1958) Documentos de fuentes norteamericanas. Asunción: El lector, 1987.

MORAES, Ceres. *Paraguai: o processo de consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

-----, *As Políticas Externas do Brasil e da Argentina: O Paraguai em Jogo (1939-1954)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

MOURA, Gerson. "Estados Unidos e América Latina". São Paulo: Contexto, 1990.

RODRIGUES, Cel. J. Ligação rodoviária Brasil-Paraguai – A exploração e o projeto. Revista do Clube Militar, Rio de Janeiro, n. 104, p. 108-115, fev. 1950.

SCHILLING, Voltaire. “Estados Unidos x América Latina: As etapas da dominação”. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

SILVA, Golberi do Couto e. Conjuntura Política Nacional. *O poder executivo e a geopolítica do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio editora, 1981.

SIVLEIRA, Helder Volmar Gordim da. Argentina e Brasil frente à questão do Chaco. A supremacia da América do Sul em jogo. Dissertação de Mestrado. PUC-RS. 1990. (mimeo)